



## **DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO DOCENTE**

**Jean Carlos Martins**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da FAPESC

**Odair Neitzel**

Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)  
jean.martins@unochapeco.edu.br

Nos últimos anos, o Movimento Escola Sem Partido (ESP) tornou-se central nos debates educacionais no Brasil, surgindo como reação à suposta presença de ideologias marxistas nas escolas e propondo medidas para neutralizar a atuação política dos professores (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022; Hermida e Lira, 2020). Com foco na proibição da “doutrinação” e na defesa de uma neutralidade conservadora no ensino, o movimento tem gerado controvérsias quanto à liberdade acadêmica, à autonomia docente e à formação crítica dos alunos (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022; Dreher Heuser, 2017; Gomes Júnior, 2020).

Este trabalho propõe uma análise crítica do ESP e de suas consequências para a educação democrática no país. O objetivo é compreender suas bases ideológicas, alinhadas ao conservadorismo e ao neoliberalismo, e avaliar os efeitos sobre práticas pedagógicas, liberdade de cátedra e formação estudantil. Também se pretende identificar alternativas pedagógicas que promovam uma educação mais plural e inclusiva, bem como refletir sobre os impactos sociais e subjetivos do movimento, a partir das experiências docentes e das políticas educacionais envolvidas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental sobre o Movimento Escola Sem Partido (ESP). A revisão abrange artigos acadêmicos, estudos de caso e publicações que discutem as bases teóricas, propostas e críticas ao movimento. A análise dos materiais tem como foco os impactos do ESP sobre a prática pedagógica e a educação democrática, com o objetivo de oferecer uma reflexão crítica e fundamentada que contribua para os debates sobre a formação docente e o futuro



da educação no Brasil.

O ESP fundamenta-se em uma concepção conservadora, que rejeita a presença de ideologias políticas nas escolas, sob o argumento de que elas comprometem a neutralidade educacional e a liberdade dos pais na formação moral dos filhos (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022; Hermida e Lira, 2020). Contudo, essa visão tem sido amplamente criticada por educadores e pesquisadores, que apontam fragilidades teóricas e pedagógicas em suas propostas (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022; Damke, Neves e Melo, 2020).

Santos Júnior, Pinheiro e Sousa (2023) argumentam que o ESP adota práticas autoritárias e antidemocráticas, incompatíveis com os princípios de uma educação inclusiva. O movimento tende a reprimir a diversidade ideológica e cultural presente nas escolas, o que o aproxima de uma lógica pedagógica totalitária. Em oposição, abordagens como a proposta crítico-social dos conteúdos de Libâneo (2014) e a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008) oferecem caminhos para uma educação que valorize o pluralismo, a autonomia docente e o compromisso com a transformação social.

O Movimento Escola Sem Partido (ESP) atua como um verdadeiro partido político conservador, ao articular e dar voz a setores do conservadorismo reacionário (Hermida e Lira, 2020). Macedo e Alvarenga (2022), com base na teoria de Antonio Gramsci, destacam que, embora o movimento alegue neutralidade, adota uma postura política claramente alinhada ao conservadorismo e ao neoliberalismo, o que compromete sua pretensão de imparcialidade e revela conexões com interesses ideológicos mais amplos. A perspectiva gramsciana permite compreender o ESP como parte de um projeto hegemônico voltado ao controle ideológico no campo educacional.

Esse projeto se expressa na tentativa de formar estudantes passivos, limitando o acesso a uma educação crítica e transformadora. Conforme argumentam Damke, Neves e Melo (2020), o movimento promove um conhecimento descontextualizado, reforçando a hegemonia das classes dominantes. Hermida e Lira (2020) situam o ESP dentro de uma estratégia da extrema direita que visa fragilizar os pilares da democracia liberal, utilizando a educação como meio de disseminação de valores conservadores e de submissão ideológica, impulsionados pelo neoliberalismo e pelo fundamentalismo religioso.

Heuser (2017), inspirada por Hannah Arendt, contribui com uma crítica à



despolitização da escola proposta pelo ESP, afirmando que a educação deve ser um espaço de acolhimento, reflexão e desenvolvimento crítico. Ao negar esse papel formativo, o movimento restringe a autonomia docente e empobrece o potencial emancipador da escola, esvaziando seu compromisso com a cultura, a democracia e a civilização.

Não obstante, Gomes Júnior (2020) classifica o projeto de lei do ESP como antidemocrático, por violar a liberdade de cátedra e enfraquecer temas como diversidade étnico-racial, sexualidade e religião. O autor argumenta que o movimento sustenta uma agenda conservadora que ameaça a inclusão social. Souza (2018) complementa essa crítica ao mostrar como o ESP tenta censurar discussões sobre identidade de gênero e sexualidade, promovendo uma visão restritiva e prejudicial à formação crítica dos estudantes.

Picoli, Caregnato e Guimarães (2022) analisam a associação entre o ESP e o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), argumentando que ambos reforçam uma concepção autoritária de educação, baseada em disciplina e obediência, em detrimento da liberdade pedagógica e dos valores democráticos. Em conjunto, esses estudos apontam que o ESP não promove neutralidade, mas sim uma agenda ideológica excluente que compromete a autonomia docente e o caráter plural da educação.

A análise dos estudos revisados revela que o Movimento Escola Sem Partido (ESP) representa uma ameaça substancial à educação democrática no Brasil, ao promover, sob o discurso de neutralidade, uma agenda ideológica conservadora que restringe a diversidade de ideias e a autonomia docente. Em vez de assegurar um ambiente plural, o movimento busca impor um controle autoritário sobre o espaço escolar, contrariando os princípios de liberdade, criticidade e inclusão.

Pesquisadores como Santos Júnior et al. (2023) e Macedo e Alvarenga (2022) apontam o alinhamento do ESP com o conservadorismo reacionário e o neoliberalismo, observando que suas propostas visam à manutenção das estruturas de poder existentes. Damke et al. (2020) e Hermida e Lira (2020) reforçam essa leitura, destacando o uso da educação como instrumento de dominação política e econômica, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora.

Souza (2018) e Paulino (2018) enfatizam que o movimento contraria direitos garantidos pela LDB, como a liberdade de expressão e a inclusão educacional, ao tentar



restringir o currículo escolar a uma única visão ideológica. Picoli (2022) critica a lógica de autoridade imposta pelo ESP, argumentando que ela compromete a liberdade acadêmica e o exercício profissional dos docentes. Já Sandrini et al. (2018), a partir de narrativas docentes, demonstram como o movimento ignora a complexidade da prática educativa e abre espaço para o sectarismo e o fanatismo.

Em síntese, os estudos analisados confirmam que o Movimento Escola Sem Partido não só representa uma ameaça à liberdade de cátedra e ao pluralismo educativo (Santos Júnior, Pinheiro e Sousa, 2023; Macedo e Alvarenga, 2022), mas também reflete uma tentativa de manipular a educação para servir a interesses políticos e ideológicos específicos do espectro político mais pendente a ideias de extrema direita (Hermida e Lira, 2020; Souza, 2018). A imposição de uma visão única e autoritária sobre o ensino compromete os princípios democráticos e a qualidade da educação (Picoli, Caregnato e Guimarães, 2022), evidenciando a necessidade urgente de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais e a defesa dos direitos e das liberdades fundamentais no ambiente escolar. É crucial que os profissionais da educação, a sociedade e os formuladores de políticas trabalhem juntos para garantir que a educação continue a ser um espaço de liberdade, diversidade e transformação social, em conformidade com os princípios democráticos e os direitos humanos (Damke, Neves e Melo, 2020).

**Palavras-chave:** escola sem partido, formação de professores, educação, ideologia.

## REFERÊNCIAS

DAMKE, A. S.; NEVES, M. C. D. ;; MELO, M. G. de A. Revisiting studies similar to the Nonpartisan School Project: A portfolio based on Methodi Ordinatio Methodology. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e6019119942, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9942. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/9942>. Acesso em: 29 aug. 2024.

GOMES JÚNIOR, Cleonildo Mota. A ideologia do movimento Escola Sem Partido. **EDUCA – Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, p. 619-626, jan./dez. 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola



sem partido. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-32, jan./dez. 2020.

HEUSER, Ester Maria Dreher. Em tempos de Escola Sem Partido, perguntamo-nos: qual a função da educação em uma sociedade? O que cabe à escola e ao professor? ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 19, n. esp, p. 206-216, jan./mar. 2017.

MACEDO, Handerson Fábio Fernandes; ALVARENGA, Marcia Soares de. O “Movimento Escola Sem Partido” como partido: uma análise a partir de Gramsci. **Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, SP, v. 7, n. 11, p. 140-156, dez. 2022.

PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o projeto “Escola Sem Partido”.

**Educere Et Educare**, v. 13, n. 28, p. 79-95, maio/ago. 2018. DOI: 10.17648/educare.v13i28.18731.

PICOLI, Bruno Antonio; CAREGNATO, Milena; GUIMARÃES, Roberta. Autoridade, obediência e disciplina na educação: reflexões sobre o discurso do Movimento Escola Sem Partido e dos apoiadores da militarização escolar. **Educação**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-18, jan. 2022.

SANDRINI, Laura Eduarda de Oliveira Paula; ANJOS, Daniela Dias dos; AGOSTINI, Nilo. O movimento escola sem partido em questão: narrativas docentes. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 60, p. 1-15, e15784, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.15784>.

SANTOS JÚNIOR, F. J. F.; PINHEIRO, F. F. de A.; SOUSA, J. S. de. “Escola sem Partido” e alternativas para uma escola democrática no Brasil. **HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8668320>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. Relações de gênero e educação: crítica aos projetos de lei “Escola Sem Partido”. **História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 204-224, 2018.